

## EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO CREDENCIAMENTO Nº 001/2024

### PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 035/2024

O PRESIDENTE DO CONSORCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO TERRITORIO PORTAL DO SERTÃO, no uso das atribuições que lhe são constitucionalmente conferidas, faz publicizar o presente edital de licitação, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como nos termos das condições e exigências estabelecidas neste instrumento convocatório e anexos, conforme abaixo informado.

**SÍNTESE DO OBJETO:** CREDENCIAMENTO DE LEILOEIRO(S) PARA REALIZAÇÃO, MEDIANTE CONTRATOS ESPECÍFICOS, DE LEILÕES DESTINADOS À ALIENAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS DE QUALQUER NATUREZA, INCORPORADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL.

**MODALIDADE:** CHAMAMENTO PÚBLICO - CREDENCIAMENTO

**REGIME DE EXECUÇÃO:** POR DEMANDA

**PRAZO DO CREDENCIAMENTO:** **19/06/2024 a 18/07/2024.**

**HORÁRIO DO CREDENCIAMENTO:** **08h30min às 11h00min e das 13h30min às 17h (dias úteis)**

**LOCAL:** Consorcio Sustentavel Portal do Sertão, Setor de Licitação, sito na Rua Dr. Macario Cerqueira, nº 3204, Muchila II – Feira de Santana.



CNPJ: 11.786.798/0001-65



75 3622-7140



[www.portaldosertao.ba.gov.br](http://www.portaldosertao.ba.gov.br)



Rua Dr. Macário Cerqueira, nº 3204, Muchila II,  
Feira de Santana - BA, Cep 44005-000.



[portaldosertao@portaldosertao.ba.gov.br](mailto:portaldosertao@portaldosertao.ba.gov.br)



[@consorcioportaldosertao](https://www.instagram.com/consorcioportaldosertao)

**FORMATAÇÃO:** PRESENCIAL

**DISPUTA DE LANCES:** NÃO SE APLICA

**AGENTE DE CONTRATAÇÃO:** **CAIO VICTOR**

## 1. DO OBJETO:

1.1. Constitui objeto do presente CHAMAMENTO PÚBLICO PARA O CREDENCIAMENTO DE LEILOEIRO(S) PARA REALIZAÇÃO, MEDIANTE CONTRATOS ESPECÍFICOS, DE LEILÕES, DESTINADOS À ALIENAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS DE QUALQUER NATUREZA, INCORPORADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL.

1.2. Serão declarados **CREDENCIADOS** todos os proponentes cujos requerimentos estiverem de acordo com este Edital.

1.3. O contrato firmado com o credenciado terá vigência limitada a 12 (doze) meses para a execução total do objeto, prorrogável nos termos do art. 106 da Lei 14.133/2021.

## 2. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar do certame pessoas físicas que sejam Leiloeiros Oficiais, devidamente cadastrados na categoria de classe, que reúnam as condições de qualificação exigidas neste Edital;

2.2. É vedada a participação de:

2.2.1 Empresas e Consórcios, qualquer que seja sua forma de constituição;

2.2.2. Leiloeiros suspensos temporariamente de participar em licitação realizada pela Administração Pública;

2.2.3. Leiloeiros declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade; e

2.2.4. Leiloeiros impedidos de contratar com o MPAC em razão de outras sanções administrativas ou judicialmente aplicadas;

2.3. O descredenciamento do Leiloeiro Oficial ocorrerá caso este não cumpra as regras e condições fixadas para o atendimento, sendo este imediatamente excluído do rol de prestadores credenciados.

Ressaltamos que o Leiloeiro Oficial deverá seguir rigorosamente a Lei Federal n.º 14.133/2021,



CNPJ: 11.786.798/0001-65



75 3622-7140



[www.portaldosertao.ba.gov.br](http://www.portaldosertao.ba.gov.br)



Rua Dr. Macário Cerqueira, nº 3204, Muchila II,  
Feira de Santana - BA, Cep 44005-000.



[portaldosertao@portaldosertao.ba.gov.br](mailto:portaldosertao@portaldosertao.ba.gov.br)



[@consorcioportaldosertao](https://www.instagram.com/consorcioportaldosertao)

Instrução Normativa (IN) DREI/ME n.º 52/2022, com as alterações dadas pela IN DREI/ME n.º 74/2022 e pela IN DREI/ME n.º 88/2022, Decreto n.º 21.981, de 19 de outubro de 1932 e das demais legislações pertinente.

### **3. DA HABILITAÇÃO DO LEILOEIRO**

**3.1.** O requerimento de credenciamento (ANEXO II deste Edital), acompanhado de toda a documentação de que tratam os “itens 11., 12. e 13.”, deve, obrigatoriamente, comprovar a Habilitação Jurídico-Fiscal do requerente mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Cópia e original, ou cópia autenticada, da Carteira de Identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF/MF);
- b) Prova de matrícula na Junta Comercial do Estado da Bahia e de situação de regularidade para o exercício da profissão, por meio de certidão oficial, emitida entre 01/01/2024 e data posterior a publicação deste Edital, nos termos do Decreto Federal número 21.981, de 19/10/1932, e da Instrução Normativa (IN) DREI/ME n.º 52/2022, com as alterações dadas pela IN DREI/ME n.º 74/2022 e pela IN DREI/ME n.º 88/2022, todas expedidas pelo Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (DREI);
- c) Procuração, quando for o caso;
- d) Certidão Conjunta Negativa, ou Positiva com efeito negativa, de Tributos Federais, Estaduais e Municipais do local onde esteja registrada sua matrícula;
- e) Prova de regularidade perante o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS;
- f) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho (certidão da Justiça do Trabalho);
- g) Certidão de quitação com as obrigações eleitorais;
- h) Declaração, atestando não possui em seus quadros, empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de Membros e Servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento desta Instituição
- i) Declaração de cumprimento ao disposto no Art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (anexo VI deste Edital);

3.1.1 Os documentos de que trata o “subitem 3.1.” e suas alíneas deverão ser apresentados no original, ou em cópia autenticada em cartório, ou em cópia autenticada perante o Departamento de Licitações, pelo (a) Agente de Contratação ou por membro de sua Equipe de Apoio, designados (as) pela Portaria n.º 009/2024, , mediante apresentação do original ou cópia autenticada em cartório ou por declaração em conformidade com o art. 12, inciso IV, da Lei Federal n.º 14.133/2023

### **3.2 DA HABILITAÇÃO TÉCNICA**



CNPJ: 11.786.798/0001-65



75 3622-7140



[www.portaldosertao.ba.gov.br](http://www.portaldosertao.ba.gov.br)



Rua Dr. Macário Cerqueira, nº 3204, Muchilla II,  
Feira de Santana - BA, Cep 44005-000.



[portaldosertao@portaldosertao.ba.gov.br](mailto:portaldosertao@portaldosertao.ba.gov.br)



[@consorcioportaldosertao](https://www.instagram.com/consorcioportaldosertao)

3.2.1 Para o credenciamento, além da documentação citada no “item 3.1.”, o Leiloeiro Oficial deverá comprovar sua habilitação técnica por meio da apresentação da seguinte documentação:

- a) Relatório dos serviços prestados como Leiloeiro Oficial, informando nome de cliente, características dos bens e quantidades aproximadas dos trabalhos realizados nos 02 (dois) últimos anos;
- b) Juntar ao relatório cópia de no mínimo 1 (um) extrato de publicações que comprovem leilões realizados nos 02 (dois) últimos anos.

### 3.3 DAS OUTRAS COMPROVAÇÕES

3.3.1. Os Leiloeiros oficiais deverão apresentar, além dos documentos relacionados nos itens “3.1.” e “3.2.” do presente Edital, as declarações a seguir especificadas:

- a) Declaração que não se encontra inidôneo para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal;
- b) Declaração de que inexistente fato superveniente impeditivo de sua habilitação;
- c) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme o Anexo VI deste Edital;

## 4. DOS PRESTADORES DE SERVIÇO DO CREDENCIADO

4.1. Responsabilizar-se pela condução de todas as atividades necessárias à realização de licitações que o Consorcio promover sob a modalidade LEILÃO.

4.2. Organizar os bens em lotes, atribuindo-lhes o valor mínimo, em conformidade com o valor do bem previamente avaliado pelo Município;

4.3. Divulgar o evento para seu cadastro de clientes;

4.4. Divulgar o evento para os demais interessados por quaisquer meios idôneos;

4.5. Organização do leilão e o registro dos lances;

4.6. Assessorar na emissão de guias de recolhimento para depósito diretamente na conta bancária;

4.7. Receber taxa de comissão do Leiloeiro, de acordo com os parâmetros legais;

4.8. Fiscalizar a entrega dos bens aos arrematantes após o pagamento e crédito na conta bancária da Prefeitura;



CNPJ: 11.786.798/0001-65



75 3622-7140



[www.portaldosertao.ba.gov.br](http://www.portaldosertao.ba.gov.br)



Rua Dr. Macário Cerqueira, nº 3204, Muchila II,  
Feira de Santana - BA, Cep 44005-000.



[portaldosertao@portaldosertao.ba.gov.br](mailto:portaldosertao@portaldosertao.ba.gov.br)



[@consorcioportaldosertao](https://www.instagram.com/consorcioportaldosertao)

**4.9.** Publicação em jornais de circulação da região e “internet” do resultado do Leilão;

**4.10.** Elaborar, assinar e oferecer ao Consorcio de Desenvolvimento do Territorio Portal do Sertão, ao fim de cada Leilão que presidir, as atas, relatórios, demonstrativos e todos os demais documentos necessários à perfeita e regular conclusão de cada processo licitatório que presidir;

**4.11.** Adotar todas as demais providências e suprir todos os demais custos necessários à boa condução dos Leilões que presidir;

**4.12.** Demais tarefas correlatas.

**4.12.1.** São de responsabilidade exclusiva e integral dos credenciados, a utilização de pessoal e equipamentos para a realização dos serviços, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício.

**4.13.** O credenciado, durante a vigência do credenciamento, deverá manter-se em situação regular quanto às condições de habilitação, bem como informar qualquer alteração na documentação referente à sua habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal e trabalhista, relacionadas às condições mínimas obrigatórias de credenciamento.

#### **4.14. VEDAÇÕES**

**4.14.1.** O credenciamento de profissionais que sejam agentes públicos, conforme art. 6º, V da Lei nº 14.133/2021, da Administração Pública credenciante, bem como não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

**4.14.2.** As vedações do subitem anterior estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**4.14.3.** Aplica-se o disposto no **caput** deste artigo inclusive na hipótese de o agente



CNPJ: 11.786.798/0001-65



75 3622-7140



[www.portaldosertao.ba.gov.br](http://www.portaldosertao.ba.gov.br)



Rua Dr. Macário Cerqueira, nº 3204, Muchilla II,  
Feira de Santana - BA, Cep 44005-000.



[portaldosertao@portaldosertao.ba.gov.br](mailto:portaldosertao@portaldosertao.ba.gov.br)



[@consorcioportaldosertao](https://www.instagram.com/consorcioportaldosertao)

público não mais ocupar o cargo, emprego ou função em que foi praticado o ato questionado.

**4.15.** O Município reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo proceder no descredenciamento em casos de irregularidade da prestação em objeto, que deverá ser verificada em processo administrativo específico, com garantia do contraditório e da ampla defesa.

## **5. DO PROCESSO DE CHAMAMENTO PARA CREDENCIAMENTO**

**5.1.** O interessado que atender a todos os requisitos previstos no Edital de Credenciamento será julgado habilitado e, portanto, credenciado no órgão ou entidade contratante, encontrando-se apto a prestar os serviços aos quais se candidatou.

**5.2.** O resultado será publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município, no sítio eletrônico do ente público credenciante e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), em prazo não superior a 5 (cinco) dias úteis.

**5.3.** Caberá recurso, sem efeito suspensivo, nos casos de habilitação ou inabilitação, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data da publicação do resultado nos termos do subitem anterior, a contar da publicação no PNCP.

**5.4.** Os recursos serão recebidos no mesmo local da entrega da documentação do credenciamento e serão dirigidos à autoridade máxima do órgão ou entidade contratante por intermédio da Comissão de Credenciamento, o qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir em duplo grau, informando-se oficialmente tal ato no sítio eletrônico do ente público credenciante.

**5.5.** A autoridade superior, após receber o recurso e a informação da Comissão de Credenciamento, proferirá, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a sua decisão, devendo promover a respectiva publicação no sítio eletrônico do ente público credenciante em até 2 (dois) dias úteis.

**5.6.** A critério da autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, poderá ser encaminhado correspondência informativa aos prestadores de serviço em potencial que se tenha conhecimento público de atuação, de fácil constatação em sítios eletrônicos, para que promovam o seu credenciamento.

**5.7.** O credenciamento não estabelece qualquer obrigação do órgão ou entidade



CNPJ: 11.786.798/0001-65



75 3622-7140



[www.portaldosertao.ba.gov.br](http://www.portaldosertao.ba.gov.br)



Rua Dr. Macário Cerqueira, nº 3204, Muchila II,  
Feira de Santana - BA, Cep 44005-000.



[portaldosertao@portaldosertao.ba.gov.br](mailto:portaldosertao@portaldosertao.ba.gov.br)



[@consorcioportaldosertao](https://www.instagram.com/consorcioportaldosertao)

contratante em efetivar a contratação do serviço, face à sua precariedade, e, por isso, a qualquer momento, o credenciado ou o órgão ou entidade contratante poderá denunciar o credenciamento, inclusive quando for constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas no Edital, neste Regulamento e na legislação pertinente, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa, bem como poderá, motivadamente e no interesse público, revogar o certame.

## 6. DA HOMOLOGAÇÃO E DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

6.1. A autoridade máxima realizará a homologação de cada credenciamento, após instrução dos próprios responsáveis pelo processamento, devendo a Administração Pública encaminhar cópia do termo de homologação para o **CREDENCIADO**.

6.2. Todos aqueles que preencherem os requisitos constantes neste Edital terão seus requerimentos de credenciamento devidamente aprovados, sendo submetidos à homologação da autoridade competente.

6.3. As inscrições poderão ser feitas pelos interessados, junto ao departamento de licitações CDS – PORTAL DO SERTÃO, a partir de 19 de junho de 2024, no horário de expediente regular.

6.4. O prazo de vigência do credenciamento será de 12 (doze) meses, contados da data da publicação deste edital, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, a critério da Administração Pública, pelo prazo de até 05 anos, tendo em vista o disposto na no art. 106 da Lei n.º 14.133/2021.

6.5. Cada interessado que tiver sua solicitação de credenciamento homologada, será **CREDENCIADO e vinculado nas obrigações assumidas através de contrato administrativo**, assim permanecendo enquanto houver interesse por parte do **CREDENCIANTE**.

## 7. DA CONVOCAÇÃO E CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA

7.1 Caso haja mais de 01 (um) Leiloeiro Oficial habilitado, com requerimento de credenciamento deferido, será realizado sorteio entre todos, para formação de lista de classificação para posterior contratação;



CNPJ: 11.786.798/0001-65



75 3622-7140



[www.portaldosertao.ba.gov.br](http://www.portaldosertao.ba.gov.br)



Rua Dr. Macário Cerqueira, nº 3204, Muchila II,  
Feira de Santana - BA, Cep 44005-000.



[portaldosertao@portaldosertao.ba.gov.br](mailto:portaldosertao@portaldosertao.ba.gov.br)



[@consorcioportaldosertao](https://www.instagram.com/consorcioportaldosertao)

7.2. Até que o CDS PORTAL DO SERTÃO desenvolva ferramenta eletrônica para o sorteio dos leiloeiros oficiais credenciados, o sorteio será manual, de forma alternada;

7.3. O sorteio será realizado pelo Agente de Contratação e será filmado, ficando o vídeo disponível para acesso a qualquer pessoa interessada em assisti-lo;

7.4. As designações diretas ou por sorteio serão feitas de modo equitativo, observadas a impessoalidade, a capacidade técnica do leiloeiro público e a participação em certames anteriores;

7.5. Após a definição da ordem de classificação, havendo descredenciamento de qualquer leiloeiro oficial, sua posição será ocupada pelo próximo na ordem de classificação, reordenando os demais;

7.6. Da sessão pública será lavrada ata contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos participantes e ordem de classificação do sorteio.

7.7. Para cada licitação na modalidade leilão, o CDS – PORTAL DO SERTÃO fará a convocação do Leiloeiro, conforme a lista de classificação no sorteio.

7.8. A designação de cada Leiloeiro obedecerá a ordem de classificação definida na sessão de sorteio, independentemente do tipo e do valor do lote a ser leiloado. Vejamos o exemplo: 1.º edital de Leilão = 1.º classificado. 2.º edital de Leilão = 2.º classificado. E assim sucessivamente. Quando chegar ao último classificado retornará ao primeiro.

7.9. Após a realização da sessão de Leilão, o Leiloeiro designado passará para o final da lista de classificados.

7.10. A cada leilão que o Município necessitar realizar durante a vigência do credenciamento, os leiloeiros credenciados serão convocados a partir da ordem de classificação no sorteio.

7.11. A convocação será enviada por e-mail e publicada no site Oficial do **Portal do Sertão**.

7.12. A cada convocação, o leiloeiro deverá reapresentar as certidões que estiverem com prazo de validade vencido.

7.13. Caso o leiloeiro credenciado não tenha interesse ou não puder realizar o leilão, será seguido a ordem de classificação, chamando-se o próximo leiloeiro credenciado.

7.14. Em todos os eventos, o leiloeiro deverá dispensar igual tratamento a todos os bens móveis e imóveis disponibilizados para venda, tanto na sua divulgação (propaganda), como,



CNPJ: 11.786.798/0001-65



75 3622-7140



[www.portaldosertao.ba.gov.br](http://www.portaldosertao.ba.gov.br)



Rua Dr. Macário Cerqueira, nº 3204, Muchilla II,  
Feira de Santana - BA, Cep 44005-000.



[portaldosertao@portaldosertao.ba.gov.br](mailto:portaldosertao@portaldosertao.ba.gov.br)



[@consorcioportaldosertao](https://www.instagram.com/consorcioportaldosertao)

principalmente, na tarefa de identificar possíveis interessados, independentemente do valor e da liquidez dos bens.

## **8. DA FORMALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO**

8.6. A contratação do(a) Leiloeiro(a) será efetivada por meio da assinatura do contrato de prestação de serviço, que conterà, dentre suas cláusulas, as de Obrigações do(a) Leiloeiro(a) e Obrigações do Contratante, com fundamento no art. 74, caput da Lei Federal nº 14.133/2021, após regular realização de processo administrativo, Minuta de Contrato,

parte integrante deste edital;

8.7. O Contratado deverá assinar o contrato de prestação de serviço no prazo de 5 (cinco) dias, contados da sua convocação, podendo tal prazo ser prorrogado por uma única vez, a critério do Contratante;

8.8. A recusa injustificada em assinar o contrato dentro do prazo previsto no subitem anterior, sujeitará o credenciado à penalidade de descredenciamento, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021;

8.9. Caso o(a) Leiloeiro(a) convocado se recusar a assinatura do Contrato, proceder-se-á a convocação do próximo da lista de credenciados, seguindo a ordem do sorteio da proposta;

8.10. O contrato de prestação de serviço terá vigência durante todas as fases preparatórias, de execução e de prestação de contas do Leilão previamente definido;

8.11. A celebração do contrato de prestação de serviço visa regulamentar o leilão de bens móveis inservíveis, bens automotivos e bens imóveis a ser realizado durante a sua vigência;

8.12. A definição da venda dos bens móveis inservíveis, bem automotivos e bens imóveis é ato exclusivo do CDS – PORTAL DO SERTÃO, que inclusive, se assim o convir, pode optar por não realizar nenhum procedimento de venda dos seus bens, ficando a seu exclusivo critério, caso opte pela venda, a definição do momento e da forma que será processada a venda;

8.13. A ausência de realização de venda de bem público, durante a vigência do contrato, não gera responsabilização por parte do Município em indenizar ou ressarcir o contratado/leiloeiro(a) por eventuais dispêndios financeiros;

8.14. A contratação assegura ao leiloeiro(a)/contratado nos termos deste Credenciamento o



CNPJ: 11.786.798/0001-65



75 3622-7140



[www.portaldosertao.ba.gov.br](http://www.portaldosertao.ba.gov.br)



Rua Dr. Macário Cerqueira, nº 3204, Muchila II,  
Feira de Santana - BA, Cep 44005-000.



[portaldosertao@portaldosertao.ba.gov.br](mailto:portaldosertao@portaldosertao.ba.gov.br)



[@consorcioportaldosertao](https://www.instagram.com/consorcioportaldosertao)

direito à realização do leilão para o qual foi convocado;

8.15. Para novos leilões, a Administração convocará o leiloeiro(a), com base na lista de Leiloeiros Credenciados, seguindo a ordem do sorteio.

## **9. DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS SUBCONTRATAÇÃO**

**9.1.1.** Os contratos poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

**9.1.1.1.** Unilateralmente pela Administração:

**9.1.1.1.1.** Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos, desde que não transfigure o objeto da contratação;

**9.1.1.1.2.** Quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, desde que este não se transfigure.

**9.1.1.1.3.** O contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento), porcentagens estas aplicáveis aos dois subitens anteriores.

**9.1.1.2.** Por acordo entre as partes:

**9.1.1.2.1.** Quando conveniente a substituição da garantia de execução;

**9.1.1.2.2.** Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

**9.1.1.2.3.** Quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

**9.1.1.2.4.** Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

**9.1.2.** Se forem decorrentes de falhas de projeto, as alterações de contratos de obras e



CNPJ: 11.786.798/0001-65



75 3622-7140



[www.portaldosertao.ba.gov.br](http://www.portaldosertao.ba.gov.br)



Rua Dr. Macário Cerqueira, nº 3204, Muchila II,  
Feira de Santana - BA, Cep 44005-000.



[portaldosertao@portaldosertao.ba.gov.br](mailto:portaldosertao@portaldosertao.ba.gov.br)



[@consorcioportaldosertao](https://www.instagram.com/consorcioportaldosertao)

serviços de engenharia ensejarão a apuração de responsabilidade do responsável técnico e adoção das providências necessárias para o ressarcimento dos danos causados à Administração.

**9.1.3.** A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pelo contratado, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

**9.1.4.** Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

**9.1.5.** Antes de prorrogar o prazo de vigência do contrato em termo aditivo, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

## **9.2. DA EXECUÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE EXECUTIVO DOS CONTRATOS**

**9.2.1.** Os contratos administrativos deverão possuir dois servidores públicos designados a atuarem como fiscal de contrato e gestor de contrato, nos termos do regulamento.

## **9.3. DA PUBLICIZAÇÃO DOS CONTRATOS**

**9.3.1.** A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer no prazo de **10 (dez) dias úteis contados da data de sua assinatura.**

**9.3.2.** Os contratos celebrados em caso de urgência terão eficácia a partir de sua assinatura e deverão ser publicados no prazo estabelecido no subitem anterior, sob pena de nulidade.

## **10. DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.6. Pela prestação dos serviços, o leiloeiro oficial credenciado receberá o percentual



CNPJ: 11.786.798/0001-65



75 3622-7140



[www.portaldosertao.ba.gov.br](http://www.portaldosertao.ba.gov.br)



Rua Dr. Macário Cerqueira, nº 3204, Muchila II,  
Feira de Santana - BA, Cep 44005-000.



[portaldosertao@portaldosertao.ba.gov.br](mailto:portaldosertao@portaldosertao.ba.gov.br)



[@consorcioportaldosertao](https://www.instagram.com/consorcioportaldosertao)

de 5% (cinco por cento) sobre o valor da venda do bem, a ser pago pelo comprador ou arrematador no ato do leilão, não cabendo ao CDS – Portal do Sertão a responsabilidade pela cobrança da comissão devida, nem pelos gastos despendidos pelo leiloeiro oficial para recebê-la.

10.7. Frisa-se ainda que nas vendas de bens móveis ou imóveis pertencentes aos municípios, os leiloeiros cobrarão somente dos compradores a comissão estabelecida.

10.8. O Município não terá nenhuma despesa com pagamento dos serviços prestados pelo leiloeiro, o mesmo terá seus serviços remunerados pelos arrematantes através da comissão estabelecida no item 10.1.

10.9. Do valor recebido pelo leiloeiro, ficará o mesmo responsável pelo recolhimento de todos os impostos e encargos obrigatórios legais, conforme termo de referência.

10.10. O leiloeiro não cobrará do Consorcio qualquer valor a título de comissão sobre o item arrematado.

## **11. DAS INFRAÇÕES LICITATÓRIAS E CONTRATUAIS**

11.6. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações

11.6.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.6.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.6.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

11.6.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.6.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.6.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.6.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.6.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;



- 11.6.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 11.6.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 11.6.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 11.6.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

## 12. DAS PENALIDADES

12.6. Pelo atraso e inexecução total ou parcial deste contrato, bem como outras infrações, ressalvados os motivos de força maior devidamente comprovados e a critérios do CONTRATANTE, a CONTRATADA sujeitar-se-á às seguintes sanções:

### 12.7. ADVERTÊNCIA

12.7.1. A advertência será aplicada exclusivamente nos casos em que a CONTRATADA der causa à inexecução do contrato, nos termos do art. 156, §1º, e art. 155, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021.

### 12.8. MULTA

12.8.1. Pelo atraso injustificado na prestação do serviço, será aplicada multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) ao dia de atraso, calculado sobre o valor total do contrato.

12.8.2. Pelo atraso injustificado na prestação do serviço superior a 30 (trinta) dias, contados do termo de ordem de início, será aplicada multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia de atraso, em substituição ao item 15.3.1, desde o primeiro dia de atraso, calculado sobre o valor total do contrato.

12.8.3. Pelo descumprimento injustificado de quaisquer das outras cláusulas contratuais que não aquelas relacionadas ao atraso na execução da obra, será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato.

12.8.4. A multa não impede que o CONTRATANTE rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções.

12.8.5. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada nos



CNPJ: 11.786.798/0001-65



75 3622-7140



[www.portaldosertao.ba.gov.br](http://www.portaldosertao.ba.gov.br)



Rua Dr. Macário Cerqueira, nº 3204, Muchila II,  
Feira de Santana - BA, Cep 44005-000.



[portaldosertao@portaldosertao.ba.gov.br](mailto:portaldosertao@portaldosertao.ba.gov.br)



[@consorcioportaldosertao](https://www.instagram.com/consorcioportaldosertao)

pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE, inclusive de eventual garantia prestada, ou cobrada judicialmente.

12.8.6. Da aplicação de qualquer multa será a CONTRATADA intimada para recolhê-la aos cofres do CONTRATANTE no prazo de trinta dias úteis.

12.8.7. O montante de multas aplicadas à CONTRATADA não poderá ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor global do contrato, nos termos do art. 156, §3º, da Lei n.º 14.133/2021.

## **12.9. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR**

12.9.1. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura pelo prazo de até um ano, aplicada pelo Presidente, nos termos do art. 156, §4º, da Lei n.º 14.133/2021.

## **12.10. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR**

12.10.1. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Prefeitura enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Presidente, a qual será concedida sempre que a contratada ressarcir à Prefeitura pelos prejuízos resultantes da infração e depois de decorrido o prazo de um ano, facultada a defesa da contratada no prazo de dez dias da abertura de visto, nos termos do art. 156, §5º e §6º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.11. As sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas juntamente com a multa, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de cinco dias úteis.

12.12. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA se esta deixar de recolher qualquer multa que lhe for imposta, dentro do prazo previsto.

12.13. Os montantes pecuniários derivados da aplicação das multas e demais sanções contratuais serão atualizados monetariamente pelo IPCA vigente, ou outro índice que venha a substituir, bem como a incidência de juros de mora de 0,5% sobre o montante total devido.



CNPJ: 11.786.798/0001-65



75 3622-7140



[www.portaldosertao.ba.gov.br](http://www.portaldosertao.ba.gov.br)



Rua Dr. Macário Cerqueira, nº 3204, Muchila II,  
Feira de Santana - BA, Cep 44005-000.



[portaldosertao@portaldosertao.ba.gov.br](mailto:portaldosertao@portaldosertao.ba.gov.br)



[@consorcioportaldosertao](https://www.instagram.com/consorcioportaldosertao)

### **13. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

13.6. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, às seguintes situações:

13.6.1. Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

13.6.2. Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

13.6.3. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

13.6.4. Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

13.6.5. Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

13.6.6. Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

13.6.7. Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

13.6.8. Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

### **13.7. DA FORMA DE EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.7.1. A extinção do contrato poderá ser:

13.7.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

13.7.1.2. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

13.7.1.3. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

13.7.2. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção



CNPJ: 11.786.798/0001-65



75 3622-7140



[www.portaldosertao.ba.gov.br](http://www.portaldosertao.ba.gov.br)



Rua Dr. Macário Cerqueira, nº 3204, Muchila II,  
Feira de Santana - BA, Cep 44005-000.



[portaldosertao@portaldosertao.ba.gov.br](mailto:portaldosertao@portaldosertao.ba.gov.br)



[@consorcioportaldosertao](https://www.instagram.com/consorcioportaldosertao)

consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

### **13.8. DO DIREITO DE RESCISÃO PELO CONTRATADO**

13.8.1. O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

13.8.1.1. Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 desta Lei n.º 14.133/2021;

13.8.1.2. Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

13.8.1.3. Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

13.8.1.4. Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

13.8.1.5. Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

13.8.2. As hipóteses de extinção a que se referem os subitens 16.3.1.2, 16.3.1.3 e 16.3.1.4 observarão as seguintes disposições:

13.8.2.1. Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

13.8.2.2. Assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei n.º 14.133/2021.



CNPJ: 11.786.798/0001-65



Rua Dr. Macário Cerqueira, nº 3204, Muchila II,  
Feira de Santana - BA, Cep 44005-000.



75 3622-7140



portaldosertao@portaldosertao.ba.gov.br



www.portaldosertao.ba.gov.br



@consorcioportaldosertao

### **13.9. DOS EFEITOS DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.9.1. **CULPA EXCLUSIVA DA ADMINISTRAÇÃO:** Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

13.9.1.1. Devolução da garantia;

2. Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

13.9.1.3. Pagamento do custo da desmobilização.

13.9.2. **DETERMINADA UNILATERALMENTE PELA ADMINISTRAÇÃO:** A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, as seguintes consequências:

13.9.2.1. Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

13.9.2.2. Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade; Execução da garantia contratual para:

13.9.2.3.1. Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

13.9.2.3.2. Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

13.9.2.3.3. Pagamento das multas devidas à Administração Pública; **13.4.2.3.4.**

Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

13.9.2.4. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

13.9.3. A aplicação das medidas previstas nos subitens 13.4.2.1 e 13.4.2.2 ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

13.9.4. Na hipótese do subitem 13.4.2.2, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do Presidente, conforme o caso.



CNPJ: 11.786.798/0001-65



75 3622-7140



[www.portaldosertao.ba.gov.br](http://www.portaldosertao.ba.gov.br)



Rua Dr. Macário Cerqueira, nº 3204, Muchila II,  
Feira de Santana - BA, Cep 44005-000.



[portaldosertao@portaldosertao.ba.gov.br](mailto:portaldosertao@portaldosertao.ba.gov.br)



[@consorcioportaldosertao](https://www.instagram.com/consorcioportaldosertao)

13.10. Caso o credenciado não execute, total ou parcialmente, quaisquer itens ou serviços previstos, a contratante reserva-se o direito de executá-los, direta ou indiretamente, inclusive remanescentes, hipótese em que a contratada responderá pelos custos, através de glosas de créditos e/ou cauções e/ou pagamentos, direto à contratante, bem como reparação de eventuais danos a esta ou a terceiros.

#### **14. IMPUGNAÇÕES E RECURSOS**

14.6. Eventuais pedidos de impugnações ao presente Edital de Credenciamento deverão ser dirigidos ao Setor Licitações e protocolizados durante o horário de expediente da Administração, até o dia 11/07/2024.

14.7. Da decisão relativa ao credenciamento ou descredenciamento caberá recurso no prazo de 3 (três) dias úteis, nos termos do Art. 165, I da Lei 14.133/2021, que deverá ser dirigido ao Excelentíssimo Presidente do CDS – Portal do Sertão e protocolizado durante o horário de expediente da Administração.

#### **15. DO DESCREDENCIAMENTO**

15.6. A qualquer momento, poderá o **CREDCIADO** solicitar o descredenciamento, caso não tenha mais interesse, obedecido o prazo do subitem 16.3.

15.7. Ademais, o **CREDCIADO** ou a **Administração** podem denunciar o credenciamento, caso seja constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas neste Edital ou na legislação pertinente, nos termos do Art. 79, parágrafo único, VI da Lei 14.133/2021.

15.8. O **CREDCIADO** que desejar iniciar o procedimento de descredenciamento deverá solicitá-lo mediante aviso escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

15.9. A Administração pode, a qualquer momento, solicitar o descredenciamento se o credenciado não atender às disposições dos itens 4.3, 4.4 e 4.5 - (das vedações) deste edital.

#### **16. DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.6. O presente credenciamento estará aberto para inscrição para a prestação de serviços a partir do dia 22 de fevereiro de 2024.



CNPJ: 11.786.798/0001-65



75 3622-7140



[www.portaldosertao.ba.gov.br](http://www.portaldosertao.ba.gov.br)



Rua Dr. Macário Cerqueira, nº 3204, Muchilla II,  
Feira de Santana - BA, Cep 44005-000.



[portaldosertao@portaldosertao.ba.gov.br](mailto:portaldosertao@portaldosertao.ba.gov.br)



[@consorcioportaldosertao](https://www.instagram.com/consorcioportaldosertao)

16.7. O CDS – PORTAL DO SERTÃO, sempre que entender necessário, dará publicidade de outro credenciamento público, com o intuito de preencher eventuais necessidades ou suprimento dos serviços aqui descritos.

16.8. O conteúdo deste edital de credenciamento encontra-se disponível na Consorcio Portal do Sertão, estando o mesmo também disponível no site oficial do (<https://portaldosertao.portaliop.org.br/>),

16.9. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Consorcio Portal do Sertao, no Departamento de Licitações, de segunda a sexta-feira e através do fone (54) 3394110.

#### **17. DOS ANEXOS:**

17.6. Integram o presente instrumento os seguintes anexos:

17.6.1. Anexo I - Modelo de REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO;

17.6.2. Anexo II - Modelo de DECLARAÇÃO DE PLENO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;

17.6.3. Anexo III - Modelo de DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE;

17.6.4. Anexo I V - Modelo de MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO.

Feira de Santana, 17 de junho de 2024.

JOAO PEDRO LABRIOLA CARDOZO  
PRESIDENTE- CDS PORTAL DO SERTAO



CNPJ: 11.786.798/0001-65



75 3622-7140



[www.portaldosertao.ba.gov.br](http://www.portaldosertao.ba.gov.br)



Rua Dr. Macário Cerqueira, nº 3204, Muchila II,  
Feira de Santana - BA, Cep 44005-000.



[portaldosertao@portaldosertao.ba.gov.br](mailto:portaldosertao@portaldosertao.ba.gov.br)



[@consorcioportaldosertao](https://www.instagram.com/consorcioportaldosertao)

## ANEXO I

### REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO N.º XXX/202X

O interessado abaixo qualificado requer sua inscrição no CREDENCIAMENTO DE PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE .....,divulgado pela CDS PORTAL DO SERTAO, consistente na realização de \_\_\_\_\_, **na totalidade**, nos termos do Edital de Chamamento Público para Credenciamento n.º \_\_\_\_/\_\_\_\_.

Declara-se, desde já, que os serviços serão prestados em conformidade com as normas legais vigentes.

Razão Social: \_\_\_\_\_

Endereço Comercial: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

CADASTRO MUNICIPAL: \_\_\_\_\_

Técnico Responsável:

REGISTRO Nº: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_

CPF nº: \_\_\_\_\_

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
Nome completo e assinatura do (s) representante (s) legal (is) da empresa



CNPJ: 11.786.798/0001-65



Rua Dr. Macário Cerqueira, nº 3204, Muchila II,  
Feira de Santana - BA, Cep 44005-000.



75 3622-7140



portaldosertao@portaldosertao.ba.gov.br



www.portaldosertao.ba.gov.br



@consorcioportaldosertao

## ANEXO II

### DECLARAÇÃO DE PLENO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Nome Completo: \_\_\_\_\_

RG nº: \_\_\_\_\_ CPF nº:

\_\_\_\_\_. DECLARO, sob as penas da Lei, que o  
licitante \_\_\_\_\_(nome empresarial), interessado em  
participar do certame do Edital de Chamamento Público para Credenciamento n.º  
/\_\_, cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no instrumento  
convocatório.

(Local e data).

\_\_\_\_\_(Nome/assinatura do representante legal)



CNPJ: 11.786.798/0001-65



75 3622-7140



[www.portaldosertao.ba.gov.br](http://www.portaldosertao.ba.gov.br)



Rua Dr. Macário Cerqueira, nº 3204, Muchila II,  
Feira de Santana - BA, Cep 44005-000.



[portaldosertao@portaldosertao.ba.gov.br](mailto:portaldosertao@portaldosertao.ba.gov.br)



[@consorcioportaldosertao](https://www.instagram.com/consorcioportaldosertao)

**ANEXO III**  
**DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

Ao CDS Portal do Sertão.

DECLARO, para os devidos fins de direito, na qualidade de solicitante de credenciamento junto ao Edital de Chamamento Público para Credenciamento n.º \_\_\_\_ / \_\_, que a empresa \_\_\_\_\_(qualificação completa), não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas, nem sofreu penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021.

Por ser expressão da verdade, firmo o presente.

(Local e data).

\_\_\_\_\_(Nome/assinatura do representante legal)



**MINUTA DE CONTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º XXX/2024**  
**CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO N.º 001/2024**

Por este instrumento contratual, de um lado, o **CONOSRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO TERRITORIO PORTAL DO SERTÃO**, entidade de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º com inscrição sob CNPJ n.º 11.786.798/0001-65, com Sede Administrativa sede na **Rua Macario Cerqueira nº3204, Muchila II, Feira de Santana – BA, CEP: 44005-000**, neste ato representado pelo Presidente, Sr. **JOÃO PEDRO LABRIOLA CARDOZO**, portador do CPF 050.908.465-61 e RG sob n.º. 1403577269 doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, XXXX, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º XXXX, com sede na Rua XXXX, n.º XXXX, Bairro XXXX, CEP XXXX, na cidade de XXXX, neste ato representado por outorgado público, Sr(a). XXXX, naturalidade, estado civil, profissão, inscrito no CPF sob o n.º XXXX e do RG n.º XXXX, residente e domiciliado(a) na Rua XXXX, Bairro XXXX, na cidade de XXXX, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA**, têm justos e contratados o presente contrato entre si, de acordo com o Edital de Chamamento Público para Credenciamento n.º 01/2024, na melhor forma de direito, conforme art. 78, I, e art. 79 da Lei n.º 14.133/2021, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1.** O presente contrato tem por objeto **CONTRATAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEILOEIRO OFICIAL, PARA ATUAR, NA MODALIDADE DE LEILÃO (ALIENAÇÕES DE BENS INSERVÍVEIS DE QUALQUER NATUREZA, INCORPORADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO DO CONSORCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO TERRITORIO PORTAL DO SERTÃO**, em conformidade com a Lei 14.133/21 e demais condições estabelecidas no Termo de Referência e Edital de Credenciamento N.º 01/2024, que faz parte integrante e inseparável do presente contrato, a serem prestados pelo CREDENCIADO(A).



CNPJ: 11.786.798/0001-65



75 3622-7140



[www.portaldosertao.ba.gov.br](http://www.portaldosertao.ba.gov.br)



Rua Dr. Macário Cerqueira, nº 3204, Muchila II,  
Feira de Santana - BA, Cep 44005-000.



[portaldosertao@portaldosertao.ba.gov.br](mailto:portaldosertao@portaldosertao.ba.gov.br)



[@consorcioportaldosertao](https://www.instagram.com/consorcioportaldosertao)

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO**

**2.1.** Os itens serão executados em conformidade com as especificações constantes no termo de referência e Edital de Chamamento Público n.º 01/2024, os quais ficam vinculados a este instrumento contratual bem como demais documentos complementares.

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO**

**3.1.** Pela prestação dos serviços, o leiloeiro oficial credenciado e sorteado receberá o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da venda do bem, a ser pago pelo comprador ou arrematador no ato do leilão, não cabendo ao CDS – Portal do Sertão a responsabilidade pela cobrança da comissão devida, nem pelos gastos despendidos pelo leiloeiro oficial para recebê-la.

**3.1.1.** Frisa-se ainda que nas vendas de bens móveis ou imóveis pertencentes aos municípios, os leiloeiros cobrarão somente dos compradores a comissão estabelecida no parágrafo único do artigo 24, nos termos do art. 42, §2º do Decreto supramencionado.

**3.2.** A CREDENCIANTE não terá nenhuma despesa com pagamento DO CREDENCIADO, o qual terá seus serviços remunerados pelos arrematantes através da comissão estabelecida no item 3.1.

**3.2.1.** Do valor recebido pelo Leiloeiro, ficará o mesmo responsável pelo recolhimento de todos os impostos e encargos obrigatórios legais, conforme termo de referência.

**3.3.** O CREDENCIADO não cobrará do CREDENCIANTE qualquer valor a título de comissão sobre o item arrematado.

## **4. CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS**

**4.1.** O prazo de execução contratual será de 12 (doze) meses, com vigência a contar da publicação oficial em súmula, prorrogável até o limite permitido na legislação que o vige.

**4.2.** A vigência poderá ser contada a partir da assinatura quando em casos excepcionais devidamente justificados, não excluindo a necessidade de publicização e inclusão do contrato em sítios de controle oficiais (Licitação Web e Portal Nacional de



Contratações Públicas).

## **5. CLÁUSULA QUINTA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**5.1.** Os recursos orçamentários para fazer face às despesas do objeto da presente contratualização, para o exercício que lhe corresponda, correrão por conta de dotação orçamentária do orçamento em vigor.

## **6. CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO LEILOEIRO**

**6.1.** O(A) CREDENCIADO(A) obriga-se a:

**6.1.1.** Responsabilizar-se pela condução de todas as atividades necessárias à realização que o CDS – Portal do Sertão promover sob a modalidade LEILÃO, exceto quando fizer uso de servidor público;

**6.1.2.** Organizar os bens em lotes, atribuindo-lhes o valor mínimo, em conformidade com o valor do bem previamente avaliado pelo Município;

**6.1.3.** Divulgar o evento para seu cadastro de clientes;

**6.1.4.** Divulgar o evento para os demais interessados por quaisquer meios idôneos;

**6.1.5.** Organização do leilão e o registro dos lances;

**6.1.6.** Assessorar na emissão de guias de recolhimento para depósito diretamente na conta bancária;

**6.1.7.** Receber taxa de comissão do Leiloeiro, de acordo com os parâmetros legais;

**6.1.8.** Fiscalizar a entrega dos bens aos arrematantes após o pagamento e crédito na conta bancária da Prefeitura;

**6.1.9.** Publicação em jornais de circulação da região e “internet” do resultado do Leilão;

**6.1.10.** Elaborar, assinar e oferecer ao CDS – Portal do Sertão, ao fim de cada Leilão que presidir, as atas, relatórios, demonstrativos e todos os demais documentos necessários à perfeita e regular conclusão de cada processo licitatório que presidir;

**6.1.11.** Adotar todas as demais providências e suprir todos os demais custos necessários à boa condução dos Leilões que presidir;

**6.1.12.** Demais tarefas correlatas.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA- DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE**



**7.1.** O Município obriga-se a:

**7.1.1.** Auxiliar a comissão de avaliação a definir o preço mínimo dos lotes a serem leiloados;

**7.1.2.** Fixar exigências para a habilitação no leilão;

**7.1.3.** Elaborar o Edital do Leilão;

**7.1.4.** Publicar o Edital na imprensa oficial;

**7.1.5.** Informar sobre o Leilão em jornais de grande circulação no Estado;

**7.1.6.** Expor os bens a serem leiloados para visitação, na semana que antecede a data do Leilão por lote.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - DOS ENCARGOS**

**8.1.** A CREDENCIADA   responsável pelos encargos sociais, taxas, encargos ou impostos, alvarás, encargos fiscais, comerciais ou qualquer outra despesa que vier a incidir sobre o serviço, bem como qualquer responsabilidade no tocante a vínculo empregatício ou obriga es previdenciárias, referente ao pessoal, no caso de reclama es trabalhistas, a es de responsabilidade civil e penal, decorrentes dos serviços de qualquer tipo de demanda;

**8.2.** A inadimplência da CREDENCIADA, com referência aos encargos elencados nesta cláusula, não transfere ao CREDENCIANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;

## **9. CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZA O**

**9.1.** Para fins de cumprimento do art. 117,  1 ,  2  e  3 , da Lei n.  14.133/2021, o CONTRATANTE designa o Sr(a). XXXX, MAT. XXXX, como fiscal de contrato.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES**

**10.1.** Pelo atraso e inexecu o total ou parcial deste contrato, bem como outras infra es, ressalvados os motivos de força maior devidamente comprovados e a critérios do CONTRATANTE, a CONTRATADA sujeitar-se-  às seguintes san es:

### **10.2. ADVERTÊNCIA**

**10.2.1.** A advertência será aplicada exclusivamente nos casos em que a



CNPJ: 11.786.798/0001-65



75 3622-7140



[www.portaldosertao.ba.gov.br](http://www.portaldosertao.ba.gov.br)



Rua Dr. Macário Cerqueira, n  3204, Muchil  II,  
Feira de Santana - BA, Cep 44005-000.



[portaldosertao@portaldosertao.ba.gov.br](mailto:portaldosertao@portaldosertao.ba.gov.br)



[@consorcioportaldosertao](https://www.instagram.com/consorcioportaldosertao)

CONTRATADA der causa à inexecução do contrato, nos termos do art. 156, §1º, e art. 155, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021.

### **10.3. MULTA**

**10.3.1.** Pelo atraso injustificado na execução da obra, será aplicada multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) ao dia de atraso, calculado sobre o valor total do contrato.

**10.3.2.** Pelo atraso injustificado na execução da obra superior a 30 (trinta) dias, contados do termo de ordem de início, será aplicada multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia de atraso, em substituição ao item 10.3.1, desde o primeiro dia de atraso, calculado sobre o valor total do contrato.

**10.3.3.** Pelo descumprimento injustificado de quaisquer das outras cláusulas contratuais que não aquelas relacionadas ao atraso na execução da obra, será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato.

**10.3.4.** A multa não impede que o CONTRATANTE rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções.

**10.3.5.** A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada nos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE, inclusive de eventual garantia prestada, ou cobrada judicialmente.

**10.3.6.** Da aplicação de qualquer multa será a CONTRATADA intimada para recolhê-la aos cofres do CONTRATANTE no prazo de trinta dias úteis.

**10.3.7.** O montante de multas aplicadas à CONTRATADA não poderá ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor global do contrato, nos termos do art. 156, §3º, da Lei n.º 14.133/2021.

### **10.4. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR**

**10.4.1.** Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com órgão público pelo prazo de até um ano, aplicada nos termos do art. 156, §4º, da Lei n.º 14.133/2021.

### **10.5. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR**

**10.5.1.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com órgãos públicos enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação, a qual será concedida sempre que a contratada ressarcir pelos prejuízos



CNPJ: 11.786.798/0001-65



75 3622-7140



[www.portaldosertao.ba.gov.br](http://www.portaldosertao.ba.gov.br)



Rua Dr. Macário Cerqueira, nº 3204, Muchila II,  
Feira de Santana - BA, Cep 44005-000.



[portaldosertao@portaldosertao.ba.gov.br](mailto:portaldosertao@portaldosertao.ba.gov.br)



[@consorcioportaldosertao](https://www.instagram.com/consorcioportaldosertao)

resultantes da infração e depois de decorrido o prazo de um ano, facultada a defesa da contratada no prazo de dez dias da abertura de visto, nos termos do art. 156, §5º e §6º, da Lei n.º 14.133/2021.

- 10.6.** As sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas juntamente com a multa, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de cinco dias úteis.
- 10.7.** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA se esta deixar de recolher qualquer multa que lhe for imposta, dentro do prazo previsto.
- 10.8.** Os montantes pecuniários derivados da aplicação das multas e demais sanções contratuais serão atualizados monetariamente pelo IPCA vigente, ou outro índice que venha a substituir, bem como a incidência de juros de mora de 0,5% sobre o montante total devido.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE**

**11.1.** São prerrogativas do CONTRATANTE sobre o presente contrato, nos termos do art. 104 da Lei n.º 14.133/2021:

- 11.1.1.** modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;
- 11.1.2.** extingui-lo, unilateralmente, nos casos especificados nesta Lei;
- 11.1.3.** fiscalizar sua execução;
- 11.1.4.** aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;
- 11.1.5.** ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato nas hipóteses de:
- 11.1.5.1.** risco à prestação de serviços essenciais;
- 11.1.5.2.** necessidade de acautelar a apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, inclusive após extinção do contrato.
- 11.2.** As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.
- 11.3.** Na hipótese prevista 11.1.1, as cláusulas econômico-financeiras do



contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO**

**12.1.** A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 137 da Lei n.º 14.133/2021 ensejará a extinção do contrato.

**12.2.** A rescisão poderá se processar pelas hipóteses definidas no art. 138, inciso I, II e III, e estará sob as consequências determinadas pelo art. 139, todos da Lei n.º

14.133/2021.

**12.3.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**12.4.** A alteração de qualquer dos dispositivos estabelecidos neste contrato, somente se reputará válida se tomadas expressamente em instrumento aditivo, passando a dele fazer parte.

**12.5.** As partes poderão adotar meios alternativos de resolução de controvérsias, nos termos do disposto pelos arts. 151, 152, 153 e 154 da Lei n.º 14.133/2021.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO DESCREDENCIAMENTO**

**13.1.** A qualquer momento, o(a) CREDENCIADO(A) pode solicitar o credenciamento, caso não tenha mais interesse.

**13.2.** Ademais, o(a) CREDENCIADO(A) ou a Administração podem denunciar o credenciamento, caso seja constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas neste Edital ou na legislação pertinente;

**13.3.** O(A) CREDENCIADO(A) que desejar iniciar o procedimento de credenciamento deverá solicitá-lo mediante aviso escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

**13.4.** Administração pode, a qualquer momento, solicitar o credenciamento se o(a) CREDENCIADO(A) não atender às disposições dos termos - (das vedações) deste edital.

## **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS**



**14.1.** Para as situações não previstas neste contrato, aplicar-se-á o regramento dado pela Lei n.º 14.133/2021, no que ela prever, bem como demais legislações pertinentes ao objeto deste instrumento.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO**

**15.1.** As partes elegem o foro da Comarca de Feira de Santana/BA, para dirimir dúvidas ou divergências, que poderão advir ao presente Contrato, nos termos do art. 92, §1º, da Lei 14.133/2021.

E por estarem às partes plenamente de acordo com todas as cláusulas e condições, firmam o presente instrumento para que surta os jurídicos e legais efeitos.

Feira de Santana, (dia) do (mês) do (ano).

CONTRATANTE  
CDS – PORTAL DO SERTÃO

CREDENCIADO

Testemunhas: \_\_\_\_\_



CNPJ: 11.786.798/0001-65



75 3622-7140



[www.portaldosertao.ba.gov.br](http://www.portaldosertao.ba.gov.br)



Rua Dr. Macário Cerqueira, nº 3204, Muchila II,  
Feira de Santana - BA, Cep 44005-000.



[portaldosertao@portaldosertao.ba.gov.br](mailto:portaldosertao@portaldosertao.ba.gov.br)



[@consorcioportaldosertao](https://www.instagram.com/consorcioportaldosertao)